



Deliberações do Executivo de 31-10-2017

DERRAMA

PONTO 03 - Apreciação, discussão e votação da proposta de lançamento de derrama para o ano de 2018. -----

Foi apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, para efeitos de aprovação e submissão à Assembleia Municipal, a proposta de lançamento de derrama de 1,00% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para vigorar no ano de 2018. Propôs ainda que os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000,00 euros sejam isentos de derrama, para vigorar também no ano de 2018, nos termos do art.º 18.º, da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro de 15 de janeiro. -----

----- Foi deliberado, por unanimidade, aprovar as propostas de derrama apresentadas de lançamento de derrama de 1,00% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) para vigorar no ano de 2018 e sejam isentos de derrama os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000,00 euros, para vigorar também no ano de 2018, nos termos do art.º 14.º, da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro. -----

Foi ainda deliberado submeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS

PONTO 04 - Apreciação, discussão e votação da proposta de participação no IRS para 2018.

Foi apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, para efeitos de aprovação e submissão à Assembleia Municipal, a proposta de fixação em 3% da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município de Paredes de Coura, para vigorar no ano de 2018, nos termos do nº2 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro. -----

“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar, nos termos do nº2 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, a proposta de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2018.-----

Foi ainda deliberado submeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal”.

IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS

PONTO 05 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação das taxas de IMI para 2018 -----

Foi apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal, para efeitos de aprovação e submissão à Assembleia Municipal, nos termos do CIMI, a proposta de fixação da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) de 0,33% para os prédios urbanos, para vigorar no ano de 2018.-----

----- O Presidente da Câmara apresentou a declaração com o seguinte teor: *“Ponderamos muito o ajustamento da taxa do mínimo legal de 0,3% para 0,33% – o que mesmo podendo representar um aumento fica muito abaixo dos 0,45 máximos que a lei permite e alguns concelhos cobram.----- --- Não se trata de uma subida de impostos verdadeiramente, mas o que se pretende é adequar o valor das taxas à média de todo o distrito. Na verdade, o que poderia justificar o facto de termos uma taxa de IMI abaixo dessa média seria o objetivo de com essa medida cativar mais pessoas a fixarem-se no concelho. No entanto, hoje em dia uma estratégia desse género estaria sempre desajustada pois o praticamente pleno emprego que temos tem atraído pessoas de fora do concelho e, naturalmente, elas têm aí o seu estímulo à fixação de residência, desde que o valor dos impostos não possam ser um elemento que pondere contra a fixação. Ora, no caso, a fixação da taxa idêntica à maioria dos concelhos vizinhos coloca-nos, a esse nível, em pé de igualdade. Pelo que, nada obstará a esse nível que tomássemos essa medida. ----- --- Por outro lado, o concelho enfrenta agora novos desafios económicos de investimento com a implantação do acesso à A3 que conta com uma compartição do Município muito significativa e pagamento integral do valor das expropriações. Pelo que, os próximos 4 anos serão de grande investimento público.----- --- Ademais, não podemos descurar o papel redistributivo dos impostos: é necessário ter em conta que estes são uma parte importante da receita que deve acautelar-se sob pena de enfraquecer, num momento de necessidade de reforço, a capacidade da Câmara Municipal de proteger os mais carenciados através da ação social e de continuar a investir na educação e formação das novas gerações. Consideram o investimento na educação e nos equipamentos de ensino mais estruturantes.----- --- É importante manter o rigor financeiro e as boas contas, apostando numa atitude prudente e avisada, reforçando o valor das receitas num período em que se estima um aumento da despesa. - --- “Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2018, em 0,33% para os prédios urbanos, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI). ----- --- Foi ainda deliberado, submeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal”.*

DELIBERAÇÕES DO EXECUTIVO DE 14-11-2017

FIXAÇÃO DE TMDP

PONTO 04 - Apreciação, discussão e votação da proposta de fixação da TMDP (taxa municipal de direitos de passagem), em 0,25% para o ano de 2018.-----

Considerando o disposto no art.º 106.º da lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro (Lei das Comunicações Eletrónicas), que estabelece, no seu número 2, na sua redação atual: “Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) e à remuneração prevista no Decreto-Lei n.º 123/2009, de 21 de maio, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais”, foi proposta a fixação, para o ano 2018, da TMDP (taxa municipal de direitos de passagem) em 0,25%. -----

----- “Foi deliberado por unanimidade, aprovar a proposta de fixação da taxa municipal de direitos de passagem em 0,25%, para o ano 2018, a pagar pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo no concelho de Paredes de Coura. -----

Mais se deliberou submeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro”.

DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – LIGAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL À A3
Ponto 14: Apreciação, discussão e votação de proposta de declaração de interesse municipal do projeto de ligação do Parque Industrial de Formariz à A3.-----

----- De acordo com os censos 2011, Paredes de Coura tem 9 198 habitantes, distribuídos por 16 freguesias, que encontram na Indústria implantada nas zonas Industriais de Formariz (localizada a Oeste da sede do concelho) e Castanheira (localizada a Sul da sede de concelho) a principal fonte geradora de emprego. -----

----- Os nós de acesso mais próximos à rede nacional de autoestradas estão localizados nos concelhos vizinhos de Vila Nova de Cerveira (nó de Sapardos – A3), Ponte de Lima (nó de Arcozelo – A27) e Arcos de Valdevez (nó EN 101-IC28). Realizados todos os percursos possíveis verifica-se que para o acesso à ZI Castanheira há um tempo médio de deslocação de 29 minutos para um percurso médio de 18,66Km. No caso da ZI de Formariz, verifica-se um tempo médio de deslocação de 27 minutos para um percurso médio de 20km.-----

----- Acesso da Zona Industrial de Castanheira à autoestrada: -----

	Vila N. de Cerveira (Sapardos – A3)	Através de Ponte de Lima (Arcozelo - A27)	Arcos de Valdevez (nó EN 101 – IC28)
Distância (Km)	17,2 Km	19,4 Km	19,4 Km
Tempo sem trânsito (minuto)	26	25	36
Vias percorrida	EM520, EM580, EN 306, EN 303	EM520, EN 306; EN 302 EN 301	EM520, EN 306; EN 302; EN 301

----- Acesso da Zona Industrial de Formariz à autoestrada:-----

	Vila N. de Cerveira (Sapardos – A3)	Ponte de Lima (Arcozelo - A27)	Arcos de Valdevez (nó EN 101 – IC28)
Distância (Km)	9,8 Km	25,1 Km	25,1 Km
Tempo sem trânsito (minuto)	14	28	38
Vias percorrida	EN 303; EM513	EM513, EN 303; EM 1064; EN 201	N101, EM1301, N303, EM513

As atuais acessibilidades estão desenhadas para uma realidade com mais de 60 anos e, na verdade, desde a construção das Estradas Nacionais mencionadas nenhum investimento foi realizado pelo Estado (através das Estradas de Portugal) que ultrapasse a manutenção das condições do piso e sinalização. O traçado das estradas municipais e nacionais, qualquer que seja o percurso, continua a ser estreito e sinuoso, muito pouco aconselhável à circulação de camiões TIR e veículos de transporte de mercadorias. -----

De tal modo que, na maior parte dos casos, chega a ser tão moroso o percurso entre um centro urbano (de Vigo, por exemplo) e o nó de acesso (de Sapardos, por exemplo) como o restante percurso que medeia o nó de acesso até à zona industrial (de Castanheira, por exemplo). -----

Assim, o transporte das matérias-primas, maquinaria, a circulação de mão-de-obra que começa a ser atraída de concelhos vizinhos e o trânsito do produto final são dificuldades diárias que as empresas implantadas em Paredes de Coura enfrentam para conseguir subsistir. -----

Mais grave se torna esta realidade diária se acrescentarmos à equação o facto da grande maioria do que é produzido no concelho se destinar à exportação e, por isso, necessitar de rumar a Espanha (via ponte Internacional de Valença – A3) ou a outros países através de transporte aéreo (aeroporto do Porto - A3 ou A27) ou marítimo (terminal de carga de Vigo ou Matosinhos - A3 ou A27), exigindo-se há mais de duas décadas que o percurso de ligação entre os parques industriais e o nó da A3 de Sarpados fosse objeto de intervenção que lhe conferisse o perfil de variante à autoestrada. -----

Depois de longos anos de reivindicações, a execução desta ligação em variante foi incluída por decisão governamental no “Programa de Valorização das Áreas Empresariais”, protocolado com o Município em 17 de março de 2017 e já devidamente ratificado.-----

As condições definidas pelo protocolo ratificado, designadamente a componente financeira e a de aproveitamento do corredor EN303 sempre que possível, bem como todas as restantes condicionantes de ordenamento, resultaram no traçado final constante da planta em anexo. -----

O traçado apresentado, do ponto de vista do ordenamento, desenvolve-se através de zonas adstritas à Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacional, bem como em área florestal baldia integrante do Regime Florestal. Não obstante, a utilização do solo prevista na lei, a afetação dessas áreas à construção da ligação rodoviária é possível contanto que, nos termos da alínea a) do n.º 3 do e n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei 73/2009, de 31 de março, n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-lei 166/2008, de 22 de agosto, e artigos 40.º e 41.º da Lei 75/2017, de 17 de agosto, (i) seja declarada a inexistência de alternativas viáveis para localização da ligação rodoviária que cumpra os mesmos desígnios, quer de velocidade, quer de segurança, (ii) se emita parecer favorável ao reconhecimento de interesse público para o concelho de Paredes de Coura e para a Região e (iii) se remeta o processo à Assembleia Municipal para efeitos de reconhecimento do interesse público da obra nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

Foi deliberado, por unanimidade emitir parecer favorável ao reconhecimento de interesse público do projeto de ligação do Parque Industrial de Formariz à A3 (autoestrada). -----

Foi ainda deliberado, por unanimidade, submeter a proposta à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal, para efeitos de reconhecimento do interesse público da obra nos termos da alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

DELIBERAÇÕES DO EXECUTIVO DE 28-11-2017

OPÇÕES DE PLANO E ORÇAMENTO, MAPA DE PESSOAL, EMPRÉSTIMO, PARA 2018

PONTO 05 - Apreciação, discussão e votação da proposta de Orçamento e votação de proposta dos documentos das Opções do Plano e Orçamento, que inclui o Mapa de Pessoal nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2018, bem como a autorização para proceder à contração de um empréstimo de curto prazo, para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2018, previsto no nº 1 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, no montante que respeita os limites fixados no nº 5 do art.º55 º da referida.

----- O presidente da Câmara referiu que o orçamento para o ano de 2018 permite traçar

com rigor a imagem da gestão e do projeto de desenvolvimento que esta Câmara tem para Paredes de Coura. Dele ressalta o investimento necessário de reabilitação da Escola Secundária que representa aproximadamente metade do valor do Plano Plurianual de Investimentos. Esta medida dá corpo à convicção de que é pelo investimento na educação, na cultura e no conhecimento que se prepara o futuro.

----- **“Depois de discutidos os documentos e prestados os esclarecimentos solicitados, as Opções do Plano e Orçamento, no valor de € 14 549 763,00 (catorze milhões quinhentos e quarenta e nove mil setecentos e sessenta e três euros) e o Mapa de Pessoal nos termos do nº 4, artigo 29º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o ano de 2018, foram submetidos à votação, tendo sido aprovados, por unanimidade.**

----- **“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a autorização para proceder à contratação de um empréstimo de curto prazo, no valor de € 300 000,00 (trezentos mil euros), para acorrer a dificuldades de tesouraria, no ano de 2018”.**-----

----- **“Foi ainda deliberado, por unanimidade, remeter os documentos aprovados aos membros da Assembleia Municipal, em cumprimento do nº 1, do art. 45º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro”.**-----

3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA DA CÂMARA MUNICIPAL, PARA O ANO DE 2017

PONTO 10: Apreciação, discussão e votação da proposta de 3ª Revisão dos documentos previsionais do ano de 2017.-----

A presente revisão não altera a receita nem a despesa, destina-se a adequar os projetos de investimento os cronogramas financeiros. De igual modo na receita foi inserida uma rubrica para cumprir uma orientação oriunda da DGAL, relativa à contabilização de rendimentos com origem no FAM, conforme mapas em anexo que ficam a fazer parte integrante desta ata.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a terceira revisão ao Orçamento da Receita do ano de 2017, destinada a adequar os projetos de investimento os cronogramas financeiros. De igual modo na receita foi inserida uma rubrica para cumprir uma orientação oriunda da DGAL, relativa à contabilização de rendimentos com origem no FAM, conforme mapas em anexo que ficam a fazer parte integrante desta ata.-----

Mais foi deliberado submeter os documentos à apreciação discussão e votação da Assembleia Municipal.-----

REVISÃO AO REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

PONTO 11: Apreciação, discussão e votação da proposta Revisão do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais.-----

Foi presente a proposta de Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Paredes de Coura e respetiva proposta de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Paredes de Coura, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de regulamento de Organização dos Serviços do Município de Paredes de Coura e respetiva proposta de Regulamento de Organização dos Serviços Municipais de Paredes de Coura, que se anexa à presente ata e dela fica a fazer parte integrante-----

Foi ainda deliberado, por unanimidade, submeter a proposta referida supra à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

ACORDOS DE EXECUÇÃO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS

PONTO 12: Apreciação, discussão e votação da proposta de distribuição de valores para a execução dos acordos de execução de delegação de competências nas juntas de freguesia.----

----- Sobre a delegação de competências -----

----- Considerando que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, prevê no art. 133º a celebração de acordos de execução para a delegação de competências previstas no art. 132º;-----

----- Considerando que a Câmara Municipal já vinha delegando nas juntas de freguesia do concelho a delegação da sua competência relativa à limpeza das vias municipais, com resultados positivos;

----- Propõe-se a manutenção da delegação da competência de limpeza de vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros, prevista na alínea b) do n.º 1 do art. 132º, da referida Lei, mediante a celebração de acordos de execução de acordo com a minuta anexa. -----

----- Sobre o valor para a execução da delegação de competências -----

----- Considerando que a Câmara Municipal atribui a verba de 250 000,00 (duzentos e cinquenta mil euros) para a execução desta delegação de competências;-----

----- Considerando que esta Câmara continua a considerar prioritário o reforço no investimento de meios para as freguesias, dentro das condições económicas possíveis;-----

----- Propõe-se a manutenção do valor atribuído para 250 000,00 euros anuais, a distribuir pelas freguesias e uniões de freguesias de acordo com os seguintes critérios, em cumprimento do n.º 1 do art. 135 da citada Lei, resumidos no mapa anexo:-----

----- 1 - Atribuição de um valor de 2 000,00 euros a cada freguesia ou união de freguesias para despesas de funcionamento gerais, no âmbito da execução desta delegação de competências;-----

----- 2 - Atribuição de um valor de 5 000,00 euros a cada freguesia e de 10 000,00 euros a cada união de freguesias para participação na contratação de um cantoneiro de limpeza, assegurando a continuidade do funcionamento nos moldes das anteriores delegações de competências;-----

----- 3 - Atribuição do restante valor de € 113 000,00 euros, proporcionalmente à área, população e extensão da rede viária a limpar, para cada freguesia ou união de freguesias, com os coeficientes de ponderação de 0,3 para a área, 0,2 para a população e 0,5 para a extensão de rede viária. -----

----- Em anexo: -----

----- Minuta de acordo de execução de delegação de competências;-----

----- Mapa demonstrativo do cálculo e valor a atribuir a cada freguesia ou união de freguesias.

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de minuta de acordo de execução e os meios a atribuir às freguesias e uniões de freguesias relativos aos acordos de execução previstos no n.º 1 do art.º 133º da Lei 75/2013 de 12 de setembro e a sua submissão à Assembleia Municipal, para efeitos de autorização, nos termos da alínea m) do art.º 330 da referida Lei. -----

CONDIÇÕES PARA CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO PARA 2018

PONTO 13 - Apreciação, discussão e votação da ata de abertura das propostas com as condições praticadas pelas instituições bancárias para a contração do empréstimo de curto prazo, no montante de € 300 000,00, para o ano de 2018.

----- “Às dezassete horas e trinta minutos do dia vinte e quatro de novembro de 2017 reuniu a comissão para a abertura e análise das propostas para um empréstimo de curto prazo para o ano de 2018, no valor de 300 mil euros, nomeada por despacho do Presidente em 04/11/2016:-----

Estiveram presentes:-----

Vítor Paulo Gomes Pereira;-----

Maria da Conceição Gonçalves Alves-----

Teresa Cristina Costa Ramos. -----

Apresentaram propostas:-----

Caixa Geral de Depósitos -----

Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste -----

Banco Santander Totta -----

Millennium BCP -----

Banco BPI -----

Não apresentaram propostas: -----

Banco BIC -----

Novo Banco -----

Banco Bilbao & Viscaya -----

Procedeu-se à abertura dos sobrescritos contendo as propostas, que foram rubricadas pelos membros da comissão de abertura, verificaram-se as seguintes condições: -----

1. Millennium BCP: taxa de juro de 1,25% acrescida de Euribor a 6 meses. Sujeito a comissão de gestão de 200 euros, comissão de organização de 250 euros e comissão de imobilização de 0,10%; -

2. Caixa Geral de Depósitos: taxa de juro de 0,85% ao ano acrescida de uma componente variável, sempre que positiva, correspondente à média aritmética da Euribor a 12 meses (base 360 dias), apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de referência, arredondada à milésima. Isento de comissões -----

3. Banco Santander Totta: Taxa variável correspondente à média aritmética simples das cotações diárias da Euribor a 12 meses do mês anterior ao período de contagem de juros, acrescida de um spread de 0,69%, sendo o indexante o valor mínimo a pagar. Isento de comissões-----

4. Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste: taxa variável indexada à Euribor ao critério da edibilidade, acrescida de um “spread” de 0,59%, sendo o indexante o valor mínimo a pagar. Sem comissões. -----

5. Banco BPI: taxa de juro de 0,85% ao ano, acrescida de uma componente variável correspondente à média aritmética da Euribor a 12 meses (baso 360 dias), apurada com referência ao mês imediatamente anterior ao do início de cada período de referência. Isento de comissões. -----

A comissão considerou que as condições apresentadas pela Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste são as mais favoráveis, atendendo ao spread proposto e não existindo encargos com comissões, pelo que considera que lhe deve ser adjudicada a contratação do presente empréstimo. --

Foi deliberado, por unanimidade, adjudicar a contratação do empréstimo de curto prazo até ao limite de € 300 000,00 (trezentos mil euros), a iniciar na data da sua contratação (durante o ano de 2018) e com término em 31 de dezembro de 2018, destinado a fazer face a eventuais dificuldades de tesouraria, conforme disposto no nº 1, artº 50º, da lei nº 73/2013, de 3 de setembro, à Caixa Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste, cujas condições são mais favoráveis

atendendo ao spread proposto e isenção de encargos com comissões”. -----
Foi ainda deliberado, também por unanimidade, submeter a presente proposta de contração de
empréstimo à apreciação, discussão e votação da Assembleia Municipal”. -----